

LIBRAS E O SUJEITO SURDO: QUEBRANDO O SILÊNCIO PARA PROMOVER DIREITOS IGUAIS

NOÉLIA FÉLIX
DIONE LIVIA LIMA BARBOZA

Resumo: Sabemos que muitos são os questionamentos que rondam este universo surdo, e em pleno século XXI um grande número de pessoas ainda desconhecem quem são estes sujeitos e como estes se comunicam. Este trabalho visa apresentar referências sobre a historicidade das lutas da comunidade surda, promulgando o universo particular destes sujeitos assim como evidenciando a importância da sua língua natural a “Língua de Sinais” para seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo como um todo.

Palavras-chave: Universo surdo, Comunidade surda, Língua de sinais.

Noélia Félix é Docente de LIBRAS do quadro efetivo do IFBA (Instituto federal da Bahia). Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Inglesa e suas respectivas literaturas pela FASETE (Faculdade Sete de Setembro), Graduada em Pedagogia: Docência e Gestão em processos educacionais pela UNEB, Especialista Educação especial com ênfase em LIBRAS pela FSLF (Faculdade São Luis de França), Esp. em Gestão Escolar e Pedagogia Empresarial pela instituição supracitada. Email: noelia_felix@hotmail.com

Dione Livia Lima Barboza é Docente de LIBRAS do quadro efetivo do IFBA (Instituto federal da Bahia). Graduada em Pedagogia pela UESC, Especialista em LIBRAS pela FIJ (Faculdades Integradas de Jacarepagua-Rj), Esp. em Educação Especial com ênfase em deficiências. Email: dionelivia@hotmail.com.

I INTRODUÇÃO

Apesar do grande enfoque atual da mídia e as discussões levantadas sobre as possíveis melhorias nas políticas educacionais para os sujeitos surdos, certamente ainda temos uma longa jornada para chegarmos ao ideal de promover na íntegra, não só a interação desses nas escolas regulares, mas também na sociedade como um todo. Imersos em uma sociedade ouvintista, termo que segundo Skliar, refere-se a “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (1998a, p.15). E tendo em vista que na nossa sociedade a palavra verbalizada ainda simboliza poder e autoridade, podemos nos questionar: que espaço é delegado para estes sujeitos que vivem no silêncio das palavras oralizadas?

Sabemos que muitos são os questionamentos que rondam este universo surdo, e em pleno século XXI um grande número de pessoas ainda desconhecem quem são estes sujeitos e como se comunicam. Na verdade muitas pessoas ao depararem-se com um surdo não sabem como agir, e estes encontros por vezes provocam medo e distanciamento, os mais eloquentes tentam gritar e fazer mímicas. No entanto, quase sempre todas estas estratégias só servem para distanciar ambos. Os surdos se esforçam para entender e por vezes ficam confusos, já os ouvintes decepcionam-se ao ver que em nada foi útil o seu esforço. Situações como estas só denotam a lacuna evidente existente entre o mundo ouvintista e os sujeitos surdos. Assim como defende em sua tese Strobel, surda desde o nascimento:

Muitos sujeitos estão cientes que existe ‘povo surdo’, ‘cultura surda’, no entanto não o conhecem ou não sabem o que são como é a sua organização, cultura, tradições, regras e outros. Então de fato, para a sociedade, o ‘povo surdo’ é um ‘povo imaginário’, com sujeitos também ‘imaginários’ (2008 p. 29).

Situações complicadas também acontecem no âmbito familiar, principalmente quando os pais são ouvintes e recebem a notícia que seu filho é surdo, estes precisam a priori optar em que direção

seguir a depender do grau de surdez e do caso clínico da criança. Se optam pela cirurgia de implante coclear, o uso de aparelhos auditivos, a prática de oralizá-lo através do profissional de fonoaudiologia ou mesmo o uso da língua gesto visual que no caso do Brasil designa-se pelo nome de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). De qualquer modo há procedimentos, como o caso da cirurgia, que por indicação médica devem ser feitos primordialmente na infância, o que propicia que em muitos casos estes indivíduos surdos a impossibilidade de escolha.

Como podemos ver são muitas as problemáticas que envolvem estes indivíduos, porém este “mundo do silêncio” visto por nós, não emudece os mesmos, simplesmente promove uma riqueza de alteridades linguísticas e culturais. A falta de conhecimento sobre “este grupo”, sua cultura e língua é que os tornam estrangeiros em sua própria terra. Desse modo o nosso estudo justifica-se pela real necessidade de promover no meio acadêmico discussões de cunho reflexivo partindo da perspectiva do respeito à diversidade, objetivando promover referências sobre o universo surdo e suas peculiaridades como sujeito de direitos, externando a riqueza linguística de sua língua gesto visual, assim como promulgando a relevância do uso da Libras no desenvolvimento sócio cultural e cognitivo da comunidade surda. Para tanto, recorreremos ao enfoque metodológico de cunho bibliográfico munindo-se de autores das áreas da pedagogia, linguística e que se aproximam de estudos culturais tais como: Sales, Sacks, Skillar, Breton, Strobel entre outros.

2 EMBATES DE UMA HISTÓRIA DE LUTA SOCIAL

A historicidade nos revela que desde início da humanidade aqueles que são reconhecidas atualmente como “pessoas com necessidades especiais” já foram caracterizadas por tantos outros nomes tais como: inválidos, anormais, defeituosos, incapacitado, pessoas deficientes, e uma infinidade de outros termos que poderíamos aqui citar. Estes têm se constituído ao longo de um árduo caminho, um povo forte que vêm travado historicamente incansáveis lutas

para garantir seus direitos, assim como para serem inseridos dignamente na sociedade. De acordo com Locatelli & Vagula :

Desde a antiguidade até os dias atuais as sociedades demonstram dificuldades em lidar com as diferenças entre as pessoas e de aceitar as deficiências. Isso em todas as culturas, etnias, níveis sócias e econômicos, apenas variando a forma de conceber a deficiência [...] (2009, p.10)

Compreendemos que a luta dessas pessoas tem perdurado e sido rotineiras, ao longo dos séculos o que vem modificando-se mediante as gerações é a concepção que a humanidade tem construído e reconstruído sobre estes indivíduos, suas possíveis necessidades e os seus papéis no contexto social. Se observarmos atentamente a história perceberemos claramente o quanto lhes foi negado, acerca de seus direitos e escolhas. E o quanto estas concepções preconceituosas e deterministas cercearam muitas oportunidades de acessibilidade principalmente ao conhecimento.

Na idade antiga as pessoas com algum tipo de necessidade especialeram consideradas degeneração da raça humana, e por vezes, abandonadas a própria sorte em função dos possíveis incômodos que poderiam causar aos seus familiares, resquício desses conceitos perpetuou-se por parte da Idade Media. Inseridos neste contexto e de acordo com a ideologia de Aristóteles, os surdos foram enquadrados como seres incapazes e privados de seus direitos civis, como podemos observar na afirmação de Guarinello:

Para Aristóteles (384-322 a.C), as pessoas que nasciam surdas eram também mudas. E, conseqüentemente não podiam falar nenhuma palavra. Segundo Aristóteles, para atingir a consciência humana, tudo deveria penetrar por um dos órgãos do sentindo ele considerava a audição o canal mais importante do aprendizado. (2007, p.20)

Essa concepção perpetuou-se em grande escala por toda a humanidade. Durante séculos acreditou-se que os sujeitos surdos eram pessoas débeis, privadas de inteligência e seres incapazes de aprender, tendo em vista que não foram agraciados como principal

canal da aprendizagem “a audição”. Eles eram considerados também mudos, daí o termo “surdo-mudo” que até hoje é utilizado erroneamente, uma vez que o fato de não ouvir era a única dificuldade para que não desenvolvessem a fala . Na antiguidade a oratória era considerada um símbolo humano de poder e erudição reverberada nos grandes coliseus. E na atualidade este conceito ainda perpetua-se constituindo a fala como um dos principais meios de comunicação da sociedade. Segundo Santos et all Lima e Rossi:

A língua oral é o principal meio de comunicação dos seres humanos e a audição participa efetivamente nos processos de aprendizagem de conceitos básicos, até a leitura e escrita. Além disso, influi decisivamente nas relações interpessoais[...] (2003, p. 17)

Observando a priori estes conceitos, muitos dos ditos “normais” por falta de conhecimento podem enxergar essas pessoas com sentimento de pena, tendo em vista que a perda de audição assumam em muitos casos é vista como a ausência de uma habilidade essencial para o relacionamento entre seus pares. Talvez por isso, quase que sutilmente, os ouvintes sendo a maioria na sociedade a condição de seres superiores, e determinem as decisões da comunidade como todo, negligenciando o direito de escolha desta fatia minoritária que perfaz a comunidade surda. Mas afinal o que os diferencia dos ouvintes?. De acordo com Sales Doutora em Linguística e coordenadora do projeto Programa nacional de apoio aos surdos:

Se não há limite entre a grandeza e a pequenez, e nenhum ser humano é exatamente igual ao outro, podemos concluir que ser surdo não é melhor nem pior que ser ouvinte, mas é diferente. E por não se tratar necessariamente de uma perda, mas de uma diferença que muitos surdos, especialmente os congênicos, não têm a sensação de perda auditiva. (2002, p. 37).

A partir destas elucidações podemos aferir que o sujeito surdo traz consigo não a incapacidade e sim uma alteridade como tantas outras encontradas no meio da nossa população. Quantos seres humanos não trazem em seus históricos de vida algumas necessida-

des especiais, como a dificuldade para enxergar de longe ou de perto ou mesmo a falta de habilidade em executar algumas atividades como desenhar e pintar. Nessa perspectiva compreendemos que os surdos fazem parte dessa diversidade humana, trazendo-nos a oportunidade de conhecer e nos apropriar de um jeito diferente de compreender o ambiente que os cerca através de outros recursos. A partir desta perspectiva Sacks afirma:

Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez, muito mais ignorantes do que um homem instruído teria sido em 1886 ou 1786. Ignorantes e indiferentes (...). Eu nada sabia a respeito da situação dos surdos, nem imaginava que ela pudesse lançar luz sobre tantos domínios, sobretudo o domínio da língua. Fiquei pasmo com o que aprendi sobre a história das pessoas surdas e os extraordinários desafios (linguísticos) que elas enfrentam, e pasmo também ao tomar conhecimento de uma língua completamente visual, a língua de sinais, diferente em modo de minha própria língua, a falada. (...) (1998, p.23)

O indivíduo surdo não obtém uma audição funcional tendo a privação parcial ou total do sentido de ouvir assim como detectar os ruídos ambientais ou outros sons. No entanto é importante salientar que esta não é uma situação estanque, pois a surdez designa-se de acordo com a amplificação dos sons geradas pelo grau de decibéis, e pode se classificar nos seguintes níveis: Leve perda de 24 a 40 dB, moderada perda de 41 a 55 dB, severa perda de 56 a 70 dB, moderada severa perda de 71 a 90 dB e profunda perda superior a 90 dB, no entanto só considera-se surdo o indivíduo que se enquadra nos dois últimos níveis os demais são denominados de D.A (Deficientes Auditivos). A surdez também pode ser de origem congênita, a qual se dá desde a gestação normalmente por complicações neonatais, ou adquirida que pode ser causada por diversas situações ao longo da vida como por exemplo por acidentes ou outrem.

É de extrema importância ressaltar que contraditoriamente a nomenclatura surdo-mudo, ainda utilizada por muitas pessoas, os surdos não são necessariamente mudos, a mudez se define como outro tipo de patologia a qual esta relacionada às cordas vocais, la-

ringe, língua ou outros fatores de ordem psicológicos e neurológicos e não aos ouvidos que se destina ao caso dos surdos. Portanto o aparelho fonador dos mesmos apresenta-se preservado, podendo emitir sons ou mesmo oralizar, a depender do acompanhamento profissional a que estes possam ser submetidos.

3 BUSCANDO ALTERNATIVAS: PERSPECTIVA MÉDICA VERSUS SOCIOANTROPOLÓGICA

Mediante a condição de não ouvinte, e após um longo caminho de lutas e barreiras transpostas pela comunidade surda, a sociedade começou a compreender a necessidade de se pensar em estratégias que pudessem promover para estes sujeitos novas possibilidades de adquirir informações, assim como o acesso ao conhecimento que nos circundam cotidianamente. Os estudos no âmbito da área de educação para surdos foram marcados pelas transformações sociais e políticas de cada período histórico, assim como a mudança da perspectiva da humanidade sobre estes sujeitos, os quais antes eram considerados como imbecis de nascença e ao longo dos anos, a partir de pesquisas e estudos de casos, compreendeu-se que os mesmos têm capacidade cognitiva para aprender e adquirir informações.

No século XVI alguns dos maiores precursores da educação voltada para os surdos foram; Pedro Ponce de Leon, Juan Pablo Bonet, Girolo Cardano. Desse modo a partir desse período surgem oficialmente ouvintes educadores de surdos em varias localidades da Europa. Todavia essa possibilidade era restritiva aos filhos surdos de famílias da nobreza, essa educação priorizava o ensino da fala e a leitura objetivando que os mesmos pudessem ser reintegrados ao convívio social por meio da oralidade e adquirirem seus devidos direitos. No período da idade moderna juntamente com a chegada dos ideais renascentistas assim como com a ascensão do cientificismo e da filosofia a educação dos surdos começa a trilhar novos caminhos.

Buscam-se agora mecanismos e ferramentas de institucionalizar uma metodologia voltada para os surdos. No entanto as decisões são conduzidas pela visão do ouvinte, os surdos são só meros

“espectadores” das decisões tomadas sobre os rumos da sua própria educação. Neste período surgiram dois congressos de extrema importância realizados em Milão por pesquisadores e professores ouvintes nos anos de 1972 e 1980, os quais tornaram-se um marco na educação dos surdos, e tiveram como propósito deliberar novas perspectivas para a mesma.

Nesses decidiu-se que os surdos só poderiam aprender através do método oral, pautado no conceito de que esse seria o meio mais eficaz de comunicação para o pensamento humano, determinaram a erradicação definitiva da língua gesto visual. O oralismo tornava-se assim o método oficial para educação dos surdos, apresentando-se tanto como ideologia quanto como método. Essa modalidade de ensino tinha como foco a medicalização de acordo com o aporte teórico de Silva:

Havia uma preocupação frequente sobre os órgãos articuladores da fala; a fonética ampliava seu espaço de atuação, sobretudo com as considerações de Alexander Bell, um foneticista preocupado em pesquisar a relação dos órgãos fonoauditivos e a emissão de fonema. Além disso, pairava a ideia iluminista de que todos os homens, se preparados e bem treinados, poderiam desenvolver-se plenamente. Desse modo haveria uma solução para os surdos mediante rigorosa disciplina que os conduziria à humanização. (2002, p 45)

O que se observa na definição acima é exatamente a primazia ao modelo de medicalização da surdez, a partir deste molde clínico patológico, procurava-se curar desmudificando estes indivíduos surdos, e para isso os mesmos eram submetidos a longos treinos de fala que ensinavam-lhes a proferir palavras que nunca conseguiriam ouvir. Neste sentido considerava-se que o surdo só seria reintegrado a sociedade a partir da tão sonhada “cura” que se afirmaria através da normatização da fala.

O império oralista expandiu-se por todo mundo e perdurou até os fins de 1970. O Brasil seguiu o enfoque mundial vigente da época e iniciou suas práticas educacionais para sujeitos surdos dentro desta abordagem oralista, privando assim os alunos do uso da língua de sinais. No entanto ao longo do tempo percebeu-se que os

resultados eram ineficientes e aconteceu o já provável declínio do método oralismo. Tendo em vista o enorme déficit cognitivo, social e linguístico que este longo período causou a comunidade surda e motivados pelo ideal de recuperar estes danos, propõem-se o método da comunicação total. A qual segundo Guarinello propunha:

O uso de gestos naturais, da língua de sinais, do alfabeto digital, da expressão facial, da fala dos aparelhos de ampliação sonora para transmitir a linguagem, vocabulários, conceitos e idéias. Apesar desta filosofia usar alguns elementos da língua de sinais, seu objetivo principal continuava sendo a fala e a integração do surdo à sociedade ouvinte. (2007, p.31)

Como podemos observar, de acordo com essa modalidade todo e qualquer tipo de comunicação que estabelecesse um contato compreensível era aceitável, esta se propagou em larga escala pelo mundo, pois trazia ideais inovadores. No entanto a proposta ainda era a mesma só modificava-se a roupagem anterior, pois sua política linguística ainda era pautada sobre o eixo oralista que procurava facilitar o trabalho dos professores e a compreensão da sociedade ouvinte para com os surdos. Em contra partida a esta facilidade para os sujeitos ouvintes, os surdos apesar desta “liberdade” proposta por este método, após a efervescência da novidade ficou notório através dos resultados obtidos, que os surdos encontravam-se perdidos em uma infinidade de métodos e pouco conhecimento efetivamente adquirido. Situação óbvia levando em conta a impossibilidade de compreender essas diversas ferramentas simultaneamente. Mediante a todas essas explicitações, observa-se que todas as medidas adotadas até então voltavam-se a perspectiva do indivíduo ouvinte e em nenhum momento buscou-se inserir o surdo como sujeito munido de capacidade de opinar sobre suas reais necessidades e anseios. Skillar afirma:

As ideias dominantes, nos últimos cem anos, são um claro testemunho do sentido comum segundo o qual os surdos correspondem se encaixam e se adaptam com naturalidade a um modelo de medicalização da surdez, numa versão que amplifica e exagera os mecanismos da pedagogia corretiva, ins-

taurada nos princípios do século XX e vigente até nossos dias. Foram mais de cem anos de práticas engeguecidas e pela tentativa de correção, normalização e pela violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos (SKLIAR, 1998, p. 8).

Após erros e acertos, e longos anos de discussões compreendia-se agora que o sujeito surdo não é um ventríloquo o qual é programado para reproduzir o que lhes ensinam. E não precisam ser curados para adaptar-se ao modelo ouvintista, pois possuem uma maneira particular de compreender o mundo através de suas experiências visuais. Através de diversas pesquisas os estudos passam a seguir novas direções, compreende-se agora que os sinais se constituem em língua e é processado pelo cérebro assim como a língua oral. A língua de sinais passa a ganhar mais notoriedade à medida que é estudada a partir do aporte linguístico.

A atual abordagem bilíngue tem sido utilizada como um eixo articulador no processo educacional e social dos surdos, a qual a partir do viés socioantropológico, admite a língua gesto visual, como a língua natural dos surdos, compreendendo que os mesmos fazem parte de uma comunidade linguística minoritária que pode integrar-se a sociedade e absorver os mais diversos conhecimentos através da língua de sinais.

4 LÍNGUA DE SINAIS: QUEBRANDO O SILÊNCIO E REABRINDO CAMINHOS

A linguagem se constitui uma ferramenta essencial na comunicação humana, esta distingue o homem dos outros animais de forma que a mesma encontra-se intrinsecamente ligada à natureza do ser humano. Desse modo percebe-se que a linguagem desenvolve-se no contexto social das comunidades linguísticas, de forma que não se torna necessário uma sistematização da mesma para as

crianças porque estas aprendem a língua de sua comunidade de forma natural.

Baseados no enfoque linguístico gerativista compreendemos que os indivíduos nascem pré dispostos a adquirir uma língua de forma natural o que segundo Chomsky (1965) define-se como “competência linguística”, a qual permite o usuário da mesma, produzir e compreender um número infinito de expressões linguísticas do seu dialeto. A língua natural diferente ao que se propaga popularmente, não esta necessariamente ligada à oralidade, o domínio linguístico depende do desenvolvimento das habilidades cognitivas. A partir dessas premissas compreendeu-se que as línguas dependem do cérebro e não da oralidade, amparando as outras modalidades de linguagens existentes que se utilizam de outros mecanismos para serem executadas, tais como as línguas de sinais.

Apesar da comprovação da existência de outras modalidades de línguas além da oral, durante muito tempo estas estiveram no âmbito da marginalidade e não eram reconhecidas pela sociedade. No caso da língua de sinais por cerca de décadas disseminou-se conceitos contraditórios, esta era tida como um conjunto de mímicas aleatórias ou pantomimas que poderiam ser efetuadas de qualquer maneira. No entanto em 1965 através dos esforços e pesquisas do professor William Stokoe sobre esta temática as línguas de sinais começam a ter outro tratamento. Através de suas descobertas ele:

Percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios de uma língua genuína no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar um número de infinitas sentenças [...] Observou que os sinais não eram imagens mais símbolos abstratos complexos, com uma complexa estrutura interior. Ele foi o primeiro portanto a analisar os sinais e dissecá-los, pesquisar suas partes constituintes. (STOKOE et al. 1976 apud KARNOPP, 1994, p. 26)

Logo as línguas de sinais obtêm todos os elementos significativos que regem o âmbito estrutural das línguas, no entanto possui características próprias, diferentes da maioria das línguas naturais que são geridas pelo canal oral/ auditivo. Estas línguas se utilizam da modalidade visuo-espacial, sendo munidas de um caráter sines-

tésico, pois se utilizam de mecanismos sensoriais para desenvolvem-se tais como: campo visual, o uso das mãos, espacialidade e expressão facial. Além disso, tem definidas estruturas gramaticais sintáticas, semânticas e até mesmo fonológicas. Dachkovsky e Sandler (2008) afirmam que as expressões faciais também fazem parte do sistema gramatical e funcionam como um dos componentes fonológicos da mesma. Como podemos ver em nada a língua de sinais são inferiores às línguas orais. De acordo com Breton:

linguagem de sinais é uma linguagem plena e inteira, capaz de expressar tanto elementos concretos como elementos abstratos, de se utilizar de metáforas, descrições e deslocamentos de sentido, de colocar em ação 3 registros (expressivo, argumentativo e informativo) por meio de milhares de sinais complexos e, portanto, de fazer uso da palavra humana em toda a sua integridade (2006, p. 33).

O surdo é, portanto um sujeito que apesar de perfazer uma minoria linguística, diferenciada da oral, tem em sua língua própria a abrangência de todos os pré-requisitos que são necessários para desenvolver-se uma boa comunicação, esta língua tem como características relevantes a transformação das palavras que se tornam sinais, os olhos sempre extremamente atentos que assumem a função de captação de informação e as mãos que por sua vez servem para transmissão destas informações adquiridas. Desse modo os sentidos conhecidos por todos nós assumem novas função dentro deste cenário, os surdos ouvem com os olhos e falam com as mãos, e isso ocorre de maneira natural e distinta em cada individuo desta comunidade linguística.

Como podemos perceber a língua de sinais no contexto da comunidade surda é notavelmente relevante para que estes possam se desenvolver em sua totalidade, no entanto muitas foram as barreiras e os desafios para que essa fosse fidedignamente reconhecida como língua, tomando seu espaço de direito. No Brasil a LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais tornou-se reconhecida como língua oficial somente em 24 de abril de 2002 de acordo com a lei 10.436 sancionada pelo presidente vigente neste período, Inácio Lula:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Apesar do reconhecimento tardio não há como negar que através desta lei os cidadãos brasileiros surdos obtiveram uma grande vitória e esta realização constituiu-se um grande avanço no que se refere aos âmbitos sociais e linguísticos desta comunidade. A partir deste momento a LIBRAS deixa a marginalidade linguística para ocupar o lugar de língua oficial, abrindo um universo de possibilidades para os surdos, que por meio da política educacional bilíngue torna possível um leque de outras oportunidades de acessibilidade que outrora lhes eram negadas, assim como, informação e um campo educacional mais abrangente no qual podem contar com o apoio do interprete ou tradutor de libras para auxílio da comunicação e transmissão de conhecimentos para sua língua. Propiciando assim a acessibilidade das mesmas oportunidades do ouvinte de desenvolver suas potencialidades linguísticas e comunicativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as observações feitas a partir deste cenário ao qual o nosso estudo se reportou podemos compreender historicamente o quanto a comunidade surda sofreu por intolerância ou mesmo pela falta de conhecimento da sociedade ouvinte como todo. Longo foi o caminho de percas e lutas por uma autoafirmação social, cultural e linguística, na busca pelo direito de reafirmar a condição de ser surdo. Certamente é inegável que atualmente temos conseguido progressões no que se diz respeito as concepções da sociedade ouvinte para com os indivíduos surdos de forma a assegurar alguns dos seus direitos através do desenvolvimento das leis como

a 10.436 ou mesmo o decreto 5626/25 a qual dentre outras coisas norteia os pré requisitos da formação dos profissionais de LIBRAS.

No entanto, muito ainda há o que ser discutido e repensado sobre esta temática, pois a segregação ainda existe e faz parte do nosso cotidiano não só escolar como social, estamos metaforicamente engatinhando como bebês na busca da prática de uma efetiva inclusão e aceitação da diversidade humana. Apesar de extremamente relevantes as leis não garantem verdadeiramente a inclusão e sim a possibilidade da acessibilidade, a inclusão efetiva se faz através da sociedade como todo.

Finalizando este trabalho o qual não assume a pretensão de esgotar o assunto pelo contrario objetiva intrigar pessoas para o desenvolvimento de novas pesquisas, podemos observar que o “nó” da questão é perceber e respeitar o fato que a comunidade surda consiste em uma minoria linguística e não em pessoas doentes ou incapazes de ter autonomia pessoal, neste contexto podemos aferir que o termo diferença não é bem vindo quando segrega, impossibilita e torna estes sujeitos aprisionados como portadores da sua surdez, mas é absolutamente relevante quando nos propicia o acesso a um outro olhar sobre a forma de compreender o mundo a partir de uma nova perspectiva. Isso ocorre quando enxergamos que a alteridade não aprisiona pelo contrario ela liberta, nos permitindo configurarmos-nos como seres humanos inéditos na humanidade com características próprias e particulares.

6 REFERÊNCIAS

BRETON, Philippe. **Elogio da palavra**. São Paulo: Loyola, Brasil, 2006.

LOCATELLI, Adriane Cristine Dias & LOCATELLI, Edilane Vagula. **Fundamentos da Educação Especial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

KNAPP, M. L. & HALL, J. A. **Comunicação não-verbal na interação humana** (M.A.L. Barros, Trad). São Paulo: JSN Editora. (Original publicado em 1972), 1999.

- GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.
- SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Lucia Orlene; RAMOS, Ana Adelina Lopo. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: caminhos para Prática Pedagógica**. Brasília: Brasil, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. (MEC/SEESP), 2002.
- SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Maria Zilda. **Cidadania surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003.
- SILVA, Daniele Nunes Henrique. **Como brincam as crianças surdas**. São Paulo: Plexus, 2002.
- SKLIAR, Carlos. **A surdez, um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: vestígios culturais não registrados na História**. Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.